

EAL-SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Estudo Técnico Preliminar 12/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.0000007741/2026

2. Descrição da necessidade

O município de Palmeira dos Índios, localizado no Agreste do Estado de Alagoas, possui população estimada em aproximadamente 73 mil habitantes, conforme dados do IBGE (2024), e ocupa posição estratégica como polo regional, absorvendo demanda assistencial de diversos municípios vizinhos. Essa condição resulta em elevado fluxo de usuários e amplia significativamente a procura por consultas especializadas, exames diagnósticos e serviços multiprofissionais, consolidando o município como referência regional em saúde.

Atualmente, a rede de atenção à saúde de Palmeira dos Índios apresenta deficiência na oferta de atendimento ambulatorial especializado, o que ocasiona sobrecarga dos hospitais e das unidades de pronto atendimento, que passam a absorver demandas de média complexidade que poderiam ser resolvidas em ambiente adequado. Essa lacuna gera filas extensas, demora no acesso a diagnósticos e tratamentos, além de impactos negativos na qualidade da assistência prestada à população. Soma-se a isso a necessidade frequente de encaminhamentos regulados para outros municípios, como Arapiraca e Maceió, onerando o sistema e os usuários.

Nesse cenário, a implantação de uma Policlínica em Palmeira dos Índios configura-se como medida fundamental para fortalecer a Rede de Atenção à Saúde (RAS), atuando como elo entre a Atenção Primária à Saúde (APS) e os serviços hospitalares. A nova unidade permitirá organizar e ampliar a oferta de especialidades médicas, tais como ginecologia, cardiologia, endocrinologia, oftalmologia e ortopedia, bem como a realização de exames de apoio diagnóstico, incluindo ultrassonografia, eletrocardiograma, endoscopia e exames laboratoriais de média complexidade.

O modelo de policlínica multiprofissional favorecerá a atuação integrada das equipes de saúde, reduzirá a fragmentação do cuidado e contribuirá para o acompanhamento e controle das doenças crônicas não transmissíveis, de alta prevalência no município e na região. Ademais, a estrutura contribuirá para a redução da pressão sobre os serviços de urgência e emergência, assegurando maior resolutividade, racionalização dos recursos públicos e equidade no acesso aos serviços especializados.

Ressalta-se que a Policlínica de Palmeira dos Índios integra o escopo de investimentos previstos no Novo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, do qual o Governo do Estado de Alagoas foi contemplado. Tal enquadramento reforça o caráter prioritário e estratégico da obra, garantindo aporte de recursos para ampliação da rede de saúde especializada e melhoria da assistência à população do agreste alagoano.

Dessa forma, a construção da Policlínica em Palmeira dos Índios constitui ação estratégica para a qualificação da rede assistencial, fortalecimento da regionalização do SUS, otimização dos recursos públicos e garantia de um sistema de saúde mais eficiente, ágil e humanizado, capaz de atender não apenas a população local, mas toda a região do agreste alagoano.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria Técnica de Serviços de Engenharia e Arquitetura	Gileno Costa Sampaio Neto

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

ENGENHARIA

Com base nas disposições tanto da Lei Federal nº 5.194, de 1966, quanto da Lei Federal nº 6.496, de 1977, além das Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), inclusive Resolução CONFEA nº 218, de 1973, o objeto da contratação consiste em serviço de engenharia, sendo atividades) estabelecidas como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro, ou de técnicos especializados.

O objeto da contratação é especial, cuja execução demanda soluções técnicas complexas, metodologias próprias e profissionais especializados.

EXECUÇÃO CONTINUADA

Considerando a ausência de habitualidade e essencialidade, o objeto da contratação não consiste em serviço a ser executado de forma continuada.

REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Considerando os requisitos exigidos para a execução contratual, o objeto da contratação **não** consiste em serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (MDO).

REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Considerando o risco para a Administração, bem assim o critério a ser utilizado para remunerar a contratada, em relação a todos os serviços já citados, a contratação adota como regime de execução a empreitada por preço unitário, quando se contrata a execução do serviço por preço certo de unidades determinadas.

PRAZO DE VIGÊNCIA

A contratação tem prazo de vigência de 1020 dias, contado da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

De acordo com a área do objeto da contratação e o porte das empresas que nela atuam, considerando a existência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, há necessidade da exigência de patrimônio líquido mínimo para habilitação.

O percentual de patrimônio líquido mínimo exigido será de até 5% (dez por cento) do valor estimado da contratação, proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar para a Administração, consideradas, entre outros fatores, as particularidades e a essencialidade do objeto da contratação.

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

De acordo com a especificidade necessária à experiência anterior da contratada, identificam-se os seguintes critérios e parâmetros objetivos para a definição do que sejam características e quantidades compatíveis com o objeto da contratação:

- Características: execução de serviço de construção hospitalar, conforme estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos de Índices de Construção Civil – SINAPI.
- Quantidades: no mínimo, até 50%. (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado, conforme tabela abaixo:

Itens de Capacidade Técnico-Operacional			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Mínima
Curva ABC			
1	aterro mecanizado	m³	6671,18
2	Estação de Tratamento de Esgoto	und	1
3	Estaca em hélice contínua	m	1391,50
4	Usina Diesel geradora com potência de pelo menos 500KVA	und	1
5	Central de ar condicionado	und	1
6	Execução de calçada	m²	2362,59

Especificos da Saúde			
1	Central de ar medicinal	und	1,00
2	Central de vácuo	und	1,00
3	Ter construído Hospital com área maior ou igual	m²	1606,50

CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

Apresentação do profissional abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado:

Para o Engenheiro Civil: serviços de construção hospitalar, conforme tabela abaixo:

Itens de Capacidade Técnico-Profissional			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Mínima
1	Projeto média tensão Elétrica de Baixa, SPDA, Telemática	m²	1606,50
2	Projeto média tensão mínima 500Kva	und	1
3	Projeto de fundação/estrutura, Terraplanagem, pavimentação, drenagem externa e Orçamento da Obra	m²	1606,50
4	Coordenação de Projetos: Arquitetura, Pavimentação e Drenagem, Eletrico de Baixa Tensão, SPDA, telemática, hidrossanitário, prevenção e combate a incêndio e pânico, ar condicionado ou exaustão, orçamento	m²	1606,50
5	Compatibilização de Projetos: Arquitetura, Pavimentação e Drenagem, Eletrico de Baixa Tensão, SPDA, telemática, hidrossanitário, prevenção e combate a incêndio e pânico, ar condicionado ou exaustão, orçamento	m²	1606,50

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Fica a contratada obrigada:

Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado de Alagoas ou à entidade estadual, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, no prazo determinado;

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;

Ter a Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da última informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ou do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, e do número de contratação de jovens aprendizes;

Ficam liberadas do DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Deverá observar as normas e legislação pertinente, tendo por referência e orientação os títulos a seguir: às normas técnicas atualizadas da ABNT, NBR 14931: Execução de estruturas de concreto — Procedimento; NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão; NBR 5419: Proteção contra descargas atmosféricas; NBR 5626: Instalação predial de água fria e quente; NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário — Projeto e execução; NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios; NBR 13714: Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;

Assegurar à Contratante:

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

Deverá observar as normas e legislação pertinente, tendo por referência e orientação os títulos a seguir: às normas técnicas atualizadas da ABNT, NBR 14931: Execução de estruturas de concreto — Procedimento; NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão; NBR 5419: Proteção contra descargas atmosféricas; NBR 5626: Instalação predial de água fria e quente; NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário — Projeto e execução; NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios; NBR 13714: Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO)

De acordo com o objeto da contratação, as categorias profissionais que serão empregadas na execução do serviço enquadram-se na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da seguinte forma:

--	--

PROFISSIONAIS/CATEGORIAS	CBO
Engenheiro Civil	2142-05
Engenheiro Eletricista	2143-15
Engenheiro Calculista	214
Arquiteto	2141-05
Encarregado Geral	3131-15
Técnico em Segurança do Trabalho	3516-05
Mestre de Obra	7102-05
Marceneiro/Carpinteiro	7711-05
Pedreiro	7152-10
Pintor	7233-30
Servente de pedreiro	7170-20
Eletricista	7156-10
Ajudante Geral	5143-10
Técnico em alarme e incêndio	3121-05
Almoxarife	4141-05
Apontador	4142-05
Vigia diurno	5174-20
Vigia noturno	5174-20
Topógrafo	3123-20
Engenheiro de segurança do trabalho	2149-15

Nos termos do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública avaliou a possibilidade de participação de pessoas jurídicas em consórcio, considerando as características do objeto, o comportamento do mercado e os impactos da medida sobre a competitividade do certame.

A análise do mercado da construção civil, inclusive a partir de contratações similares realizadas por outros entes federativos para implantação de unidades hospitalares, demonstra que a formação de consórcios é prática recorrente nesse tipo de empreendimento, notadamente como forma de somar capacidades técnicas, operacionais e econômico-financeiras, viabilizando a participação de empresas que, isoladamente, poderiam enfrentar restrições para atender integralmente às exigências do contrato.

Nesse contexto, a permissão de participação de consórcios revela-se medida adequada para ampliar o universo de potenciais licitantes, fomentar a competitividade do certame e mitigar riscos relacionados à execução contratual, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União de que o consórcio pode atuar como instrumento de ampliação da concorrência, a depender das circunstâncias concretas do objeto.

Ressalte-se que a admissão de consórcios não afasta a exigência de comprovação da qualificação técnica e econômico-financeira, a qual deverá ser atendida nos limites e condições estabelecidos no edital, com definição clara das responsabilidades das empresas consorciadas, nos termos da legislação vigente, preservando-se o interesse público e a adequada execução da obra.

Diante do exposto, conclui-se que não é vedada a participação de consórcio, por se tratar de solução compatível com as características do objeto e com o comportamento do mercado, apta a promover maior competitividade e segurança na execução da contratação.

VISTORIA

A vistoria nas instalações do local de execução do serviço poderá ser realizada de segunda a sexta- feira, das 8 horas às 17 horas.

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da indicação de outras instruções específicas sobre a vistoria, sendo adequadas e suficientes aquelas previstas na minuta padronizada pela PGE/AL.

DESLOCAMENTOS E HOSPEDAGEM

Os custos relacionados ao deslocamento e hospedagem dos funcionários ficarão a cargo da contratada.

UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

De acordo com o objeto da contratação, há necessidade de serem disponibilizados em favor da Administração:

A CONTRATADA deverá dispor de todo o equipamento de proteção individual (EPI) necessário e adequado à perfeita execução dos serviços.

Na execução de atividades específicas, os EPI poderão ser exigidos para atender a legislação e as normas pertinentes.

A CONTRATADA deverá fornecer e substituí-los, quando necessário, a cada profissional, todo o uniforme necessário e adequado à perfeita apresentação dos mesmos na execução dos serviços, constante do objeto licitado.

LICENÇAS AMBIENTAIS

A obra da Policlínica está sujeita ao licenciamento ambiental, conforme previsto no art. 10 da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente).

Serão necessárias as seguintes licenças:

Licença Prévia (LP) – aprovação da viabilidade ambiental do projeto;

Licença de Instalação (LI) – autorização para início das obras;

Licença de Operação (LO) – autorização para funcionamento da unidade.

A obtenção dessas licenças é condição obrigatória para a execução da obra, devendo o órgão competente analisar e aprovar cada etapa, garantindo a conformidade ambiental e a mitigação de impactos potenciais.

SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá adotar critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, visando reduzir impactos ambientais e promover o uso racional de recursos naturais durante a execução da obra.

Deverão ser observadas, sempre que técnica e economicamente viáveis, as seguintes práticas e exigências sustentáveis:

Utilização de materiais e insumos com menor impacto ambiental, priorizando produtos recicláveis, reciclados, certificados ou de origem controlada;

Adoção de medidas para o uso eficiente de água e energia, incluindo sistemas de reuso e equipamentos com selo de eficiência energética;

Gestão ambiental adequada dos resíduos sólidos gerados na execução da obra, com segregação, destinação correta e comprovação de descarte em locais licenciados;

Preferência por tecnologias construtivas limpas e de baixo consumo de recursos naturais;

Atendimento às normas técnicas da ABNT relacionadas à sustentabilidade na construção civil e ao Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme Resolução CONAMA nº 307/2002;

Promoção de condições de saúde e segurança do trabalho, em conformidade com a legislação vigente e com as normas regulamentadoras do MTE. A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização, a adoção das práticas sustentáveis previstas, apresentando documentos, certificados, laudos ou registros que demonstrem a conformidade ambiental das atividades executadas.

5. Levantamento de Mercado

Identificada a necessidade de ampliação e fortalecimento da rede de atenção ambulatorial especializada no município de Palmeira dos Índios, inserido no contexto da II Macrorregião de Saúde do Estado de Alagoas, procedeu-se ao levantamento de mercado com a finalidade de identificar e analisar as alternativas disponíveis para atendimento da demanda por consultas especializadas, exames de apoio diagnóstico e serviços multiprofissionais, considerando os aspectos técnico, econômico, operacional e de interesse público, em conformidade com o disposto no art. 7º, inciso III, do Decreto Estadual nº 90.381/2023, bem como com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Ressalte-se, inicialmente, que a presente intervenção encontra-se inserida no âmbito do Programa Novo PAC – Saúde, sendo que os projetos arquitetônicos e complementares são padronizados e fornecidos pelo Ministério da Saúde, constituindo condição vinculante para a execução do empreendimento. Dessa forma, o modelo assistencial, a setorização funcional, o layout dos ambientes, bem como as especificações técnicas da edificação, encontram-se previamente definidos, inviabilizando a adaptação de edificações existentes, assim como soluções baseadas em locação, permuta ou reaproveitamento de imóveis. Nesse contexto, torna-se necessária a construção de nova edificação, concebida especificamente para a implantação da policlínica, em estrita observância às diretrizes do programa federal.

Ainda assim, para fins de atendimento às boas práticas administrativas, foram analisadas as alternativas possíveis, dentro dos limites técnicos e normativos aplicáveis, conforme segue:

a) Aproveitamento de edificação pública existente:

A alternativa foi analisada e descartada, uma vez que não foram identificados imóveis públicos que atendessem, simultaneamente, às exigências de área, layout hospitalar, fluxos assistenciais, acessibilidade, instalações prediais especiais e normas sanitárias aplicáveis a unidades de saúde de média e alta complexidade, notadamente as previstas na RDC nº 50/2002 da ANVISA. Ademais, a vinculação aos projetos padronizados do Programa Novo PAC inviabiliza adaptações estruturais em edificações preexistentes.

b) Locação, permuta ou desapropriação de imóvel já construído:

Essa alternativa mostrou-se técnica e economicamente desvantajosa, considerando a inexistência, no mercado local, de imóveis compatíveis com as exigências funcionais e normativas de uma policlínica, além de implicar custos recorrentes ou indenizatórios elevados, sem garantir a plena adequação do imóvel ao modelo assistencial definido pelo Ministério da Saúde.

c) Adoção de metodologias construtivas não convencionais ou soluções inovadoras:

Foram avaliadas, em tese, soluções construtivas alternativas, como sistemas industrializados ou pré-fabricados. Contudo, considerando a complexidade da edificação hospitalar, a necessidade de aderência integral aos projetos fornecidos pelo Ministério da Saúde, a disponibilidade regional de insumos e mão de obra, bem como os custos de implantação, operação e manutenção, concluiu-se que tais metodologias não apresentam vantagem técnica ou econômica relevante em relação à tecnologia construtiva convencional, podendo, inclusive, restringir a competitividade do certame.

d) Construção de nova edificação com tecnologia construtiva convencional:

A solução de construção de nova unidade mostrou-se a mais adequada e vantajosa, por permitir a fiel execução dos projetos padronizados do Programa Novo PAC, o atendimento integral às normas técnicas e sanitárias vigentes, maior previsibilidade de custos, ampla competitividade entre fornecedores e menor risco de execução. Trata-se, ainda, de solução amplamente adotada em contratações similares realizadas por outros entes públicos na área da saúde, com resultados satisfatórios quanto à funcionalidade, durabilidade e eficiência operacional.

No que se refere à modalidade de contratação, a escolha fundamenta-se na existência de projetos executivos completos, fornecidos no âmbito do programa federal, o que possibilita maior precisão na estimativa de custos, adequada definição do escopo e mitigação de riscos, em consonância com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

Quanto à estimativa de custos, a Secretaria de Estado da Saúde, por não dispor de sistema próprio de custos, adota como referência o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, complementado, quando necessário, por bases consagradas como ORSE, SICRO, SEINFRA, CPOS/CDHU, EMOP, CAERN e IOPES, por apresentarem composições compatíveis com a realidade regional. A utilização dessas bases encontra respaldo na jurisprudência do TCU e constitui prática consolidada na Administração Pública.

Diante do exposto, conclui-se que a construção de nova edificação, com tecnologia construtiva convencional e contratação baseada em projetos executivos fornecidos pelo Ministério da Saúde, constitui a solução tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa, atendendo ao interesse público, às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, às condicionantes do Programa Novo PAC e às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na construção de uma Policlínica no município de Palmeira dos Índios, estado de Alagoas.

O projeto da policlinica prevê a edificação de um espaço com aproximadamente 3.213,00 m² de área construída. A estrutura contempla especialidades como ginecologia, cardiologia, endocrinologia, oftalmologia, ortopedia, entre outras, além de exames como ultrassonografia, eletrocardiograma, endoscopia e exames laboratoriais de média complexidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

No presente caso, por se tratar da contratação de obras e serviços de engenharia, a estimativa de quantidades não se apresenta no formato tradicional (como unidades, volumes ou frequências de consumo) usualmente exigido em contratos de fornecimento de materiais ou de serviços padronizados.

A contratação será realizada por escopo, com base em um projeto executivo que especificará, de forma técnica e detalhada, toda a obra, bem como os sistemas e estruturas a serem implantados (tais como instalações elétricas, hidráulicas, de climatização, estruturas físicas, acabamentos, entre outros).

As quantidades necessárias para a execução constarão dos memoriais descritivos, projetos e planilhas orçamentárias, que servirão de base para a composição de custos, medições e acompanhamento da execução contratual. Assim, entende-se que este item não se aplica nos moldes convencionais do formulário, uma vez que, pela natureza singular e integrada do objeto — caracterizado como prestação de serviços de engenharia com execução indireta sob regime de empreitada por preço unitário —, as quantidades já estão contempladas nos documentos técnicos do projeto e nas planilhas orçamentárias.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 26.431.061,72

Vinte e seis milhões, quatrocentos e trinta e um mil, sessenta e um reais e setenta e dois centavos.

Essa estimativa foi obtida por meio de um processo de orçamentação, estruturado em etapas sucessivas que asseguram a precisão e a transparência dos valores apresentados.

O procedimento tem início com a análise dos projetos e memoriais disponibilizados. Concluída essa fase, inicia-se o subprocesso de recebimento dos quantitativos elaborados pela equipe de Arquitetura e Engenharia. A partir desses quantitativos, é gerado o documento principal denominado Memorial de Cálculo de Quantitativos, cuja finalidade é apresentar, de maneira descritiva, os padrões, critérios e metodologias utilizados na elaboração das planilhas de quantidades.

Com os quantitativos consolidados, dá-se início à etapa de pesquisa e coleta de custos dos serviços previstos no escopo da planilha orçamentária. Essa etapa é fundamentada na análise dos projetos, memoriais e levantamentos realizados. A pesquisa de preços segue uma ordem de precedência, iniciando-se pela verificação das composições de serviços no banco SINAPI. Caso a composição não seja encontrada nesse banco, realiza-se a consulta a outras referências, como o ORSE, e, quando identificada a composição adequada, esta é incorporada à planilha orçamentária.

Quando não é possível localizar a composição de serviços ou insumos nos bancos de referência, procede-se à pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal ou na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis pelo SUS (RENEM). Sendo encontrada referência adequada, elabora-se a Justificativa de Composição de Custo, contemplando a justificativa técnica, a composição-base e a adaptação necessária para atender às especificidades do projeto.

Nos casos em que, mesmo após a consulta aos bancos de referência, ao Painel de Preços e ao RENEM, não se encontra a composição ou insumo desejado, realiza-se a pesquisa mercadológica (cotação), visando aferir o custo do serviço com base em preços praticados pelo mercado.

Por meio desse conjunto de etapas — análise técnica, levantamento quantitativo, consultas a bases referenciais oficiais e, quando necessário, pesquisa de preços junto ao mercado — obteve-se uma estimativa sólida, fundamentada e metodologicamente estruturada, resultando no valor global de R\$ 26.431.061,72 para a contratação

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza do objeto contratado — obras e serviços de engenharia integrados —, não é recomendável o parcelamento da solução. Trata-se de uma obra que exige planejamento e execução coordenada, com cronograma unificado, interconexão entre os serviços e necessidade de compatibilização técnica entre etapas. O fracionamento da contratação comprometeria a eficiência da execução, poderia causar conflitos de responsabilidade entre prestadores distintos, atrasos, aumento de custos, e maior dificuldade de fiscalização e gestão contratual. A decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

1. Interdependência das etapas

A obra é composta por serviços sequenciais e interligados, cuja execução deve ser contínua e integrada. O fracionamento poderia gerar conflitos operacionais entre executores distintos, comprometendo a fluidez e o cronograma físico-financeiro.

2. Responsabilidade técnica unificada

A Norma Brasileira NBR 16.280 e a legislação de responsabilidade técnica (CREA/CAU) exigem rastreabilidade e responsabilidade única pelo resultado. Ao parcelar, haveria sobreposição de responsabilidades técnicas, dificultando a identificação de falhas e riscos estruturais ou funcionais.

3. Compatibilidade e padronização dos serviços

A obra depende da compatibilização de projetos e soluções construtivas. A divisão em lotes poderia comprometer a uniformidade dos materiais e sistemas, gerando incompatibilidades entre serviços, retrabalhos e aumento de custos.

4. Gestão e fiscalização mais eficiente

Uma obra com múltiplos contratados ampliaria a carga documental, logística e técnica da fiscalização. A execução por uma única empresa favorece:

- coordenação dos trabalhos
- maior controle de qualidade
- comunicação centralizada
- mitigação de litígios

Portanto, a contratação não será parcelada, em atendimento aos princípios da eficiência, economicidade, padronização, responsabilidade técnica e segurança da obra.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não serão necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A obra está incluída no escopo do PCA, PPA e LDO 2026 da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, como também no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), eixo Saúde, que tem como uma das metas ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, com foco especial na atenção à gestante, puérpera e recém-nascido.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

POLICLÍNICA

A cidade de Palmeira dos Índios existe carência na oferta de serviços ambulatoriais especializados, o que resulta em filas de espera prolongadas, sobrecarga hospitalar e necessidade de regulação de pacientes para a capital, Maceió.

A implantação de uma policlínica em Palmeira dos Índios é estratégica para:

- **Ampliar o acesso às especialidades médicas**, como cardiologia, endocrinologia, ortopedia, oftalmologia, entre outras;
- **Ofertar exames de apoio diagnóstico**, como ultrassonografia, eletrocardiograma, raio-X e exames laboratoriais;
- **Descentralizar o atendimento especializado**, evitando deslocamentos para outras regiões e fortalecendo a regionalização da saúde;
- **Reduzir a sobrecarga dos hospitais**, evitando internações e atendimentos de baixa complexidade em ambiente hospitalar;
- **Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde**, promovendo a continuidade e integralidade do cuidado;
- **Oferecer atendimento multiprofissional**, incluindo fisioterapia, psicologia, nutrição, fonoaudiologia e serviços de apoio terapêutico.

Trazendo benefícios na:

- **Melhoria nos indicadores de saúde** da população regional;

- **Redução das filas de espera** para consultas e exames;
- **Atendimento à demanda regional**, reduzindo a dependência de Maceió;
- **Maior resolutividade da Atenção Primária**, que terá suporte para o manejo de casos mais complexos;
- **Formação e capacitação de profissionais de saúde**, com a policlínica como campo de prática;
- **Estimulação ao desenvolvimento econômico local**, com geração de empregos diretos e indiretos.

13. Providências a serem Adotadas

Para garantir o sucesso da contratação algumas providências essenciais devem ser adotadas:

1. Elaboração do Termo de Referência:

É fundamental elaborar um documento claro e detalhado, especificando as necessidades o escopo do trabalho, os prazos e os custos previstos.

2. Seleção de Profissionais Qualificados:

A contratação deve priorizar empresas e profissionais especializados e com experiência em obras hospitalares, garantindo a qualidade e segurança do trabalho.

3. Gestão Rigorosa de Recursos:

Implementar uma fiscalização contínua da execução da obra, acompanhando o cumprimento dos prazos e do orçamento, para evitar desvios e garantir a boa aplicação dos recursos públicos.

4. Comunicação Efetiva:

Manter uma comunicação clara e eficiente entre as partes envolvidas (contratados e órgãos públicos) para assegurar que a obras atenda às necessidades de forma satisfatória.

Essas providências são cruciais para que a obra seja realizada de forma eficiente, dentro do prazo e orçamento estipulados, atendendo às necessidades com segurança e qualidade.

5. Checklist de Licenças, Outorgas e Autorizações Necessárias

Licença / Autorização	Órgão Emissor	Prazo Médio	Documentação Necessária	Responsável	Status
Licença Prévia (LP)	Órgão Ambiental Estadual (IMA/AL)	60–120 dias	Projeto preliminar, memorial descritivo, estudo ambiental simplificado	SESAU	Possui
Licença de Instalação (LI)	IMA/AL	60–120 dias	Projeto executivo, ARTs, PGRCC	SESAU / Contratada	Condicionada à LP
Licença de Operação (LO)	IMA/AL	60 dias	Vistoria, comprovação execução mitigação	SESAU	Após obra
Outorga de água / esgoto	CASAL / ANA (se aplicável)	30–90 dias	Planta, ART, cadastro técnico	SESAU	A emitir Outorga da água

Alvará de Construção	Prefeitura Municipal	30–60 dias	Projeto arquitetônico aprovado, ART, título do imóvel	SESAU	Possui
Aprovação do Corpo de Bombeiros (PPCIP)	CBM/AL	30–90 dias	Projeto contra incêndio e pânico, ART	SESAU	A emitir
Autorização para instalação de gases medicinais	Vigilância Sanitária Estadual / Municipal	30–60 dias	Projeto específico, ART	SESAU	A emitir
Cadastro de Gerador de Resíduos da Construção	Pref. Municipal / IMA	10–30 dias	PGRCC	Contratada	Será providenciado
Licença para movimentação de solo e terraplanagem	Município / IMA	20–60 dias	Planta, ART	Contratada	A emitir
Ligação provisória de energia e água	Concessionárias	10–30 dias	Planta, ART, contrato obra	Contratada	A emitir

6. Situação Jurídica do Terreno

Documento	Status
Certidão de matrícula atualizada do imóvel	Possui
Planta do imóvel georreferenciada	Possui
Certidões negativas de ônus	Será providenciada
Aprovação urbanística / uso do solo	Possui
Caracterização ambiental	Possui

7. Plano de Capacitação dos Servidores para Fiscalização e Gestão Contratual

Item	Definição
Número de fiscais previstos	03 fiscais + 01 gestor do contrato
Perfis técnicos	Engenheiro civil; Arquiteto e urbanista;
Cursos obrigatórios	Gestão de contrato de obras públicas;

Carga horária mínima	40 horas
Prazo para conclusão	Até a assinatura do contrato de execução ou em até 90 dias após sua formalização

d) Providências Operacionais para a Execução da Obra

Item	Providência
PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	Elaborado pela contratada e aprovado pelo Município/IMA antes do início da obra
Fornecimento de água e energia na obra	Contratada deverá providenciar ligações provisórias
Canteiro de obras e estruturas provisórias	Instalação conforme normas de segurança (NR-18) e aprovação da fiscalização
Sinalização e segurança no entorno	Implantação de sinalização provisória, barreiras físicas e plano de segurança viária, observando normas municipais e do DNIT/CONTRAN, conforme aplicável

Essas providências são cruciais para que a obra seja realizada de forma eficiente, dentro do prazo e orçamento estipulados, atendendo às necessidades com segurança e qualidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A construção de uma policlínica, como qualquer obra de médio ou grande porte, pode gerar impactos ambientais que devem ser identificados, avaliados e mitigados desde a fase de planejamento. Abaixo estão os principais impactos ambientais potenciais relacionados à construção de uma policlínica em um município como Palmeira dos Índios/AL:

1. Geração de resíduos sólidos da construção civil (entulho)

- **Impacto:** Restos de concreto, madeira, plásticos e outros materiais podem poluir o solo e corpos d’água.
- **Risco:** Contaminação do solo, obstrução de canais de drenagem.
- **Mitigação:** Destinação correta dos resíduos conforme a Resolução CONAMA 307/2002.

2. Alterações na drenagem e risco de assoreamento

- **Impacto:** Impermeabilização do solo com pavimentação pode alterar o escoamento da água.
- **Risco:** Enchentes, erosão e assoreamento de rios ou córregos.
- **Mitigação:** Instalação de sistemas de drenagem adequados e retenção de águas pluviais.

3. Poluição sonora e do ar durante a obra

- **Impacto:** Uso de máquinas pesadas, caminhões e atividades de escavação.
- **Risco:** Ruído excessivo e emissão de poeira ou gases poluentes.
- **Mitigação:** Restringir horários de obra, uso de abafadores e controle de poeira com umidificação.

4. Consumo intensivo de recursos naturais

- **Impacto:** Uso de água, energia elétrica e materiais de construção em grande volume.

- **Mitigação:** Adotar práticas de construção sustentável, uso de materiais ecológicos e reaproveitamento de água.

Esses impactos não inviabilizam a obra, desde que sejam corretamente diagnosticados e controlados com medidas técnicas e legais. A elaboração de um Plano de Gestão Ambiental (PGA) ou um Plano de Controle Ambiental (PCA) pode ser necessária, conforme exigência do órgão ambiental local.

5. Impactos da Operação de uma Policlínica

Impactos Assistenciais

- Necessidade de atendimento contínuo (24h), com equipes multiprofissionais ampliadas.
- Maior consumo de material médico-hospitalar e insumos críticos (medicamentos, EPIs, gases medicinais).

Impactos Estruturais e Operacionais

- Aumento da carga nas instalações elétricas, hidráulicas e de climatização.
- Reforço de sistemas de segurança: controle de acesso, vigilância, brigada de incêndio.
- Intensificação das rotinas de limpeza, desinfecção e gerenciamento de resíduos.
- Necessidade de manutenção preventiva e corretiva constante de equipamentos como incubadoras, berços aquecidos, monitores, bombas de infusão e equipamentos cirúrgicos.

Impactos Ambientais

- Geração significativa de resíduos comuns, infectantes, químicos e perfurocortantes.
- Aumento no consumo de água, energia e oxigênio hospitalar.
- Emissões indiretas associadas ao transporte de pacientes e insumos.

6. Requisitos Objetivos de Sustentabilidade para uma Policlínica

Uso eficiente de recursos

- Instalação de sistemas de climatização com selo de eficiência energética.
- Iluminação LED em todos os ambientes.
- Redução de consumo de água por meio de torneiras com arejadores, descargas duais e detecção de vazamentos.
- Programas de uso racional de energia, água e materiais.

Gestão de resíduos

- Segregação na fonte conforme RDC ANVISA 222/2018.
- Monitoramento contínuo da geração de resíduos por setor.
- Treinamento periódico das equipes em manejo correto.

Sustentabilidade em compras

- Preferência por produtos recicláveis, reutilizáveis ou com menor impacto ambiental.
- Aquisição de insumos com certificações ambientais quando aplicável.

- Contratos que incluam indicadores de sustentabilidade.

Infraestrutura e processos sustentáveis

- Ambientes com ventilação adequada e eficiência térmica.
- Uso de tintas atóxicas e materiais de baixa emissão de compostos voláteis.
- Sistemas de reuso de água cinza quando possível.

7. Logística Reversa no Âmbito da Policlínica

A Policlínica deve cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), adotando logística reversa para:

Medicamentos vencidos ou inutilizados

- Devolução a distribuidores ou fabricantes conforme normas sanitárias.

Embalagens e insumos recicláveis

- Papel, plástico, papelão, vidro e metal encaminhados para cooperativas ou empresas de reciclagem credenciadas.

Pilhas, baterias e equipamentos eletroeletrônicos

- Retorno obrigatório aos fornecedores, fabricantes ou pontos de coleta autorizados.

Lâmpadas fluorescentes, LED e equipamentos de iluminação

- Encaminhamento para empresas especializadas em descontaminação e reciclagem.

Óleo lubrificante e filtros de manutenção predial

- Devolução a empresas licenciadas para recolhimento e reciclagem.

Materiais de informática e equipamentos médico-hospitalares desativados

- Logística reversa para fabricantes, distribuidores ou recicladoras certificadas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

É viável construir uma Policlínica em Palmeira dos Índios porque a medida atende, ao mesmo tempo, critérios técnicos, operacionais, econômicos e de interesse público, além de estar alinhada ao planejamento do SUS e à realidade regional. Em termos objetivos, os principais fundamentos são:

1. Polo regional e demanda concentrada

Palmeira dos Índios exerce papel de referência microrregional no Agreste alagoano, recebendo usuários de municípios vizinhos. Essa condição gera demanda contínua por consultas especializadas e exames, que hoje não é plenamente absorvida pela estrutura existente.

2. Gargalo na média complexidade

A rede local apresenta insuficiência de atendimento ambulatorial especializado, o que desloca demandas de média complexidade para hospitais e unidades de urgência. A Policlínica atua exatamente nesse nível de atenção, organizando o fluxo entre a Atenção Primária e os serviços hospitalares.

3. Redução de filas, deslocamentos e custos indiretos

A inexistência de uma Policlínica obriga o encaminhamento frequente de pacientes para Arapiraca e Maceió, aumentando filas, tempo de espera, custos com transporte sanitário e desgaste para os usuários. A implantação local reduz esses deslocamentos e melhora o acesso oportuno ao cuidado.

4. Melhor uso da estrutura hospitalar

Ao absorver consultas especializadas e exames, a Policlínica desonera hospitais e UPAs, permitindo que esses serviços se concentrem em atendimentos de maior complexidade e urgência, com ganho direto de eficiência assistencial.

5. Alinhamento com a Rede de Atenção à Saúde (RAS)

A Policlínica fortalece a integralidade do cuidado, funcionando como elo entre a APS e a atenção hospitalar, conforme preconiza o SUS, aumentando a resolutividade dos encaminhamentos feitos pelas unidades básicas.

6. Viabilidade técnica e operacional

Os serviços previstos utilizam tecnologia amplamente disponível, profissionais já existentes no mercado regional e protocolos consolidados no SUS, o que torna a operação factível e sustentável.

7. Racionalidade econômica e interesse público

Centralizar serviços especializados em uma Policlínica permite economia de escala, melhor planejamento da agenda assistencial e otimização dos recursos públicos, reduzindo gastos indiretos com regulação, transporte e internações evitáveis.

8. Compatibilidade com políticas públicas e investimentos federais

A iniciativa está alinhada às diretrizes de regionalização da saúde e aos investimentos estruturantes do Novo PAC, reforçando a viabilidade institucional e financeira do empreendimento.

Em síntese, a construção de uma Policlínica em Palmeira dos Índios é viável porque resolve um vazio assistencial da média complexidade, melhora o acesso da população, racionaliza custos e qualifica a rede regional de saúde, com impactos diretos e mensuráveis na eficiência do SUS local.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILENO COSTA SAMPAIO NETO

Coordenador Assessoria Técnica de Serviços de Engenharia e Arquitetura



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 14:39:18.